

Ata da segunda sessão ordinária do segundo período legislativo, realizada aos nove dias de mês de agosto, as dezenove horas reuniram -se nesta casa legislativa os seguintes vereadores: Gean Carlos Santos de Oliveira, José Alfredo Neto de Oliveira, Isabel Maria de Alcântara, Moacir de Souza Araújo, Adilson da Silva Vieira, Josenar Matos Vieira, Aparecida Conceição de Jesus Silva e Wilton Barbosa dos Santos. O presidente constatando o número legal de vereadores, declara aberta sessão e comunica a ausência justificada do vereador José Cloves Alves de Oliveira. O presidente apresenta a pauta do dia: Segunda votação do projeto de lei de número 03 de 12 de julho de 2018, de autoria do Executivo municipal que “Dispõe sobre a proibição de taxa de religação ou restabelecimento do serviço de água e energia elétrica no âmbito municipal, e dá outras providências”. E primeira votação do projeto de lei do legislativo nº 01 de 07 de agosto de 2018, de autoria da vereadora Isabel Maria de Alcântara, que “Dispõe sobre denominação de praça, e dá outras providências”. Em seguida foi colocado em votação o projeto de lei nº 03 de 12 de julho de 2018, citado acima, que após vários comentários, a segunda votação foi aprovada por unanimidade, e que a resolução de número 08 oito será enviado ao executivo municipal. Logo em seguida foi colocado em votação o projeto de lei nº 01 de 07 de agosto de 2018, mencionado acima, que após vários comentários a primeira votação foi aprovada por unanimidade. Concedida a palavra a vereadora Isabel Maria de Alcântara, relata que em resposta ao ofício de nº 02 /2018, encaminhado ao Senhor Gustavo da EMBASA. Recebeu a resposta através de ligação, onde a funcionária Flavia justificou dizendo que não teria como enviar um representante a esta casa na presente data. A mesma assegurou que não será cobrado as contas da população na data prevista, e que nem será cortada a água da prefeitura, enquanto os mesmos não estiverem recebendo água de qualidade. O presidente comunica que será regularizado o pagamento do INSS, está sendo descontado da prefeitura, pois o duodécimo da câmara não está sendo repassado de forma integral. E garante que em breve a situação será resolvida. Nada mais para o momento, o senhor presidente pediu que lavrasse a presente ata que depois de lida e achada de acordo vai assinada por todos os presentes.